



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Educação

Instituto estadual tem sala superlotada

(Notícias do Dia, cidade, p. 8)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 22/2/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Cidade

data: 22/02/2011

Assunto: Educação

Página: 8

EDUCAÇÃO

Instituto estadual tem sala superlotada

FLORIANÓPOLIS — Uma turma do 3º ano do ensino médio do IEE (Instituto Estadual de Educação), no Centro de Florianópolis, sofre com a superlotação da sala. Um espaço que deveria ser destinado a 40 pessoas, 43 no máximo, comporta hoje 48 alunos. Quando a equipe do *Notícias do Dia* entrou no local para registrar o problema, vários estudantes levantaram as mãos e, juntando e separando os dedos, fizeram sinal de “muito cheio”.

O problema, que teria surgido por causa da junção de duas turmas, tem atrapalhado o dia a dia dos alunos. O calor tornou-se incômodo, porque os estudantes ficam muito próximos uns aos ou-

tros e há apenas um ventilador no local. A atenção do professor também tem de ser dividida entre mais estudantes. O barulho é maior. “Às vezes, nem dá para a gente ouvir o professor”, conta a aluna Leticia Santos, 16 anos. Até lugar para sentar tem sido difícil encontrar. “Eu já sentei na mesma cadeira que uma amiga minha. Está uma disputa por carteira”, relata.

Para Leticia, cuja turma é bem unida e reivindica uma solução há duas semanas, a questão só pode ser resolvida com a abertura de uma nova turma. “Não adian-

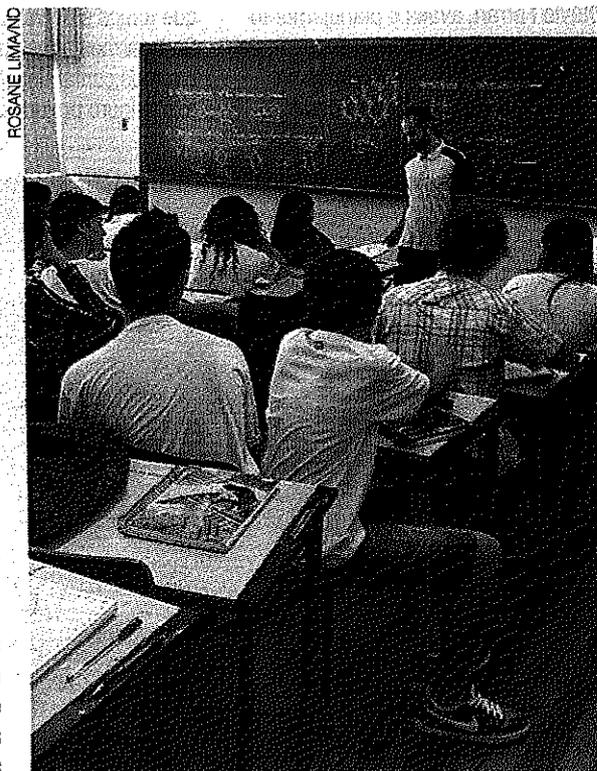
ta só tirar algumas pessoas porque daí outras salas ficarão lotadas. Além disso, há dois grupos que querem continuar juntos, o dos que fazem inglês e o dos que escolheram espanhol.”

O diretor geral do colégio, Vendelin Borguezon, 48, promete acabar com o problema redistribuindo alguns estudantes. “A minha dificuldade é que os alunos não querem se separar porque estudam juntos há muito tempo. Mas estamos conversando com as famílias e sempre tem alguém que aceita mudar de turma”, afirma.



PREJUÍZOS

Problema teria surgido devido à junção de duas turmas e atrapalha dia a dia dos alunos



Aperto. Com tanta gente na sala de aula, muitos alunos dividem cadeiras e disputam as carteiras

ROSANE LIMA/ND



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	data: 22/02/2011
Assunto: Educação		Página: 2

Educação

O ano letivo da rede estadual de ensino iniciou há mais de uma semana e até agora muito alunos ainda estão sem aula. Isso porque falta professor, falta material escolar, em muitas escolas a infraestrutura é precária e outras nem abriram suas portas, destaca o deputado Neodi Saretta (PT). Ele chama atenção do governo e novamente cobra uma atitude em relação a educação. "É necessário a contratação imediata de todos os professores necessários." O deputado também citou a Proposta de Emenda Constitucional protocolada semana passada que propõe o aumento de 25% para 30% dos recursos destinados a educação. "Estou convencido de que precisamos elevar os gastos da educação e esse aumento com certeza ira suprir todas as necessidades".



CLIPPING

Veículo: http://www.alesc.sc.gov.br	Editoria: Portal	Data: 21/2/10
Assunto: Programa Antonieta de Barros abre vagas para estagiários		Página: Online

Programa Antonieta de Barros abre vagas para estagiários

A Coordenadoria de Estágios Especiais da Assembleia Legislativa reuniu na Sala das Comissões, na última quinta feira (17), diversas entidades sociais e pais de alunos estagiários para prestar informações sobre o processo seletivo do Programa Antonieta de Barros (PAB) para o ano de 2011. Neste ano, 18 vagas estão abertas para serem preenchidas por jovens com vulnerabilidade social com idade entre 16 e 24 anos que estejam regularmente matriculados em cursos técnicos, do ensino médio ou de nível superior.

Pela primeira vez o processo de inscrição será realizado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (Fepese), da Universidade Federal de Santa Catarina. As inscrições ocorrerão na próxima semana, no prédio da entidade, na UFSC, entre 9 horas e 17 horas dos dias 24 e 25. Os interessados devem levar pessoalmente uma carta de apresentação de alguma entidade social (Associação de Moradores, Igreja, etc), além de estar de posse de seus documentos pessoais e comprovar renda familiar de até dois e meio salários mínimos.

Dirigentes sociais e pais de estagiários deram depoimentos destacando a importância do programa da Assembleia Legislativa para a inclusão social e formação da cidadania de muitos jovens catarinenses.

A coordenadora do PAB, Marilu de Oliveira, diz que um dos objetivos do programa é “inserir jovens com vulnerabilidade social no mercado de trabalho”, além de “solicitar do estado a discussão de políticas públicas diferenciadas para atender às necessidades de comunidades desamparadas econômica e socialmente”.

Inspirado no conceito de políticas afirmativas, o Programa Antonieta de Barros foi instituído pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina pela Lei nº 13.075, de 29 de julho de 2004. É um programa pioneiro no âmbito de todos os Poderes Legislativos do Brasil, voltado à inclusão social de jovens socialmente desfavorecidos. Atualmente, 40 jovens estagiários prestam serviços em diversos setores administrativos do Parlamento catarinense, recebendo uma bolsa estágio no valor de R\$ 450,00, vale transporte e alimentação no local de trabalho.

Luiz Carlos Padilha/PAB



CLIPPING

Veículo: Veja	Editoria: Educação	Data: 23/2/10
Assunto: O fim da repetência		Página: 92

O FIM DA REPETÊNCIA

O MEC agora recomenda às escolas que deixem de reprovar os alunos nos primeiros anos de ensino, como já ocorre em outros países. Será que vai funcionar no Brasil?

Uma nova diretriz do Ministério da Educação (MEC) pode levar a uma transformação radical nas escolas brasileiras — públicas e particulares. Trata-se de abolir a repetência até o 3º ano do ensino fundamental, fase crucial da vida escolar, em que as crianças são alfabetizadas e começam a cultivar curiosidade pelos estudos. Caberá às escolas e às redes de ensino decidir se adotarão o sistema, mas, à luz da experiência com esse tipo de sinalização oficial, pode-se esperar que a maioria siga o ministério. É notícia que, à primeira vista, causa apreensão quanto à preservação da cobrança e do mérito, ingredientes essenciais para o progresso acadêmico. O bem-sucedido exemplo internacional pode ser útil ao Brasil. Países que aplicam modelo semelhante, como França e Japão, têm alcançado ótimos resultados, renovando o interesse pela sala de aula entre os

alunos com mais dificuldade e reduzindo a evasão escolar. Mas eles só chegaram lá à custa de exaustiva vigilância sobre os mais atrasados, muitas atividades de reforço, além de um pelotão de professores de alto nível. Diz o especialista João Batista Oliveira: “Não basta banir a reprovação, é preciso dar condições reais para a criança avançar”.

Desde a década de 90, algumas instituições de ensino no Brasil já adotam sistemas em que o aluno fica sujeito à repetência apenas depois de concluída uma etapa escolar — ciclos em geral de três anos. Pois é com base nessa experiência que todos os alertas devem ser emitidos. Uma pesquisa de abrangência nacional, conduzida pelo economista Naercio Menezes, do Insper, traz os números: as notas nos colégios regidos por ciclos são ligeiramente mais baixas do que as médias cravadas pelos estudantes egressos do tradicional modelo

A LIÇÃO DO RIO *Sem provas nem reforço, o modelo deu errado nas escolas cariocas: agora, só vale para a alfabetização*

de reprovação. Pode ser um reflexo de distorções no conceito. Não raro, a supressão da repetência é confundida com o fim das avaliações, como ocorreu na rede municipal do Rio de Janeiro — com resultados desastrosos. Mais de 20.000 alunos do 4º ao 6º ano precisaram ser realfabetizados e os ciclos, antes disseminados por todo o ensino fundamental, limitaram-se aos anos da alfabetização.

Postas as ressalvas, existe um consenso de que a nova recomendação do MEC, se bem aplicada, pode significar um avanço. O Brasil registra uma das mais altas taxas de reprovação do mundo, em torno de 11%, número que ombréia com o dos africanos. Os especialistas concordam que isso é excessivo e contraproducente, uma vez que, em geral, não se presta a nenhuma função pedagógica — apenas espanta a criança da escola. “A reprovação deve ser uma ferramenta para os casos extremos, impossíveis de ser remediados, como funciona nos países desenvolvidos”, pondera o economista Claudio de Moura Castro, colunista de VEJA. Toda essa discussão, evidentemente, só faz sentido se vier aliada de algo decisivo para o sucesso escolar: o bom ensino. ■

ROBERTA DE ABREU LIMA



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 22/2/10
Assunto: Acorda, Brasil?		Página: 43

Acorda, Brasil!

O que esperar de um país onde cerca de 17% dos professores da rede pública (208 mil) não têm formação suficiente (fonte: Inep); em muitas escolas, as aulas ainda não começaram por falta de professores ou porque as reformas não foram concluídas em tempo hábil; a categoria de menor remuneração é a do magistério do ensino fundamental; a violência chega à Escola, criando clima de medo e apreensão; a cada prova do Enem, é uma surpresa, geralmente um escândalo; a prioridade na educação é só chavão demagógico, um falso discurso em tempo de eleição?

Enquanto isso, nossa juventude continua cada vez mais exposta a riscos individuais e sociais e um em cada quatro brasileiros ganha menos do que um salário mínimo (R\$ 545). É com essa mão de obra que pretendemos alcançar a modernidade e conquistar mercados?



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Artigos	Data: 22/2/10
Assunto: Professor		Página: 22

Professor

Início das aulas e a mídia está focando a falta de professores nas escolas públicas de Santa Catarina. Estamos ainda em fevereiro e ainda faltam profissionais que queiram exercer os cargos. Mas, assistimos pela TV vários comerciais que prometem valorizar o professor. Assim como o discurso de posse da presidente Dilma Rousseff, quando proferiu as seguintes palavras: “Professores e professoras autoridades da educação”.

Frase magnífica, se na realidade isso acontecesse. Quem não é professor não sabe o quanto sofremos. Não somos valorizados financeiramente e nem moralmente. Alguns pais furiosos nos abordam com empáfia de autoridade máxima. As crianças e adolescentes chegam às escolas sem acompanhamento dos pais e trazem na bagagem as arrogâncias e angústias. Violência, maus tratos, gritos e marginalismo, que os professores e a direção das escolas precisam conter.

Quando os pais ou alguém da família nos procuram é apenas para cobrar educação. Que educação? Se os próprios não são capazes de educar e empurram a culpa à escola e a todos que lá trabalham. Há professores em término de carreira que estão contando os dias para a aposentadoria. Enquanto outros, rezam para não serem abordados por grosserias nas portas das salas de aula.

Não somos autoridades da educação, como disse a presidente. Somos os esquecidos e desvalorizados. Os alunos que têm a família estruturada nos tratam com educação e respeito. Contraditório para os que vivem em lamúrias e caos familiar. Apesar de tanta violência verbal e até ameaças para com todos os funcionários das escolas, há uma certeza: pedir a Deus todos os dias que nos guie com segurança, saúde, paciência e respeito em mais um ano letivo.

Talvez algum dia o professor entre em extinção definitivamente e, quem sabe, os salários mudem e os pais valorizem aqueles que ensinam seus filhos. Esperamos que um dia tudo possa ser diferente.

Professora

MÁRCIA LUZIA PRIM

Clipping

CNTE

Mozarildo: falta investimento na educação

↳ Data: 22/02/2011
↳ Veículo: JORNAL DO SENADO-DF
↳ Editoria: PLENÁRIO
↳ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Depois de citar reportagem do jornal Folha de S. Paulo que revela quanto o Brasil está atrasado na área educacional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem que 17% dos professores não têm formação ideal para dar aula. Para ele, a culpa por essa situação é do governo - municipal, estadual e federal -, que não investe na qualificação e na reciclagem do professor.

- O jornal diz que o país não pode prescindir dos professores, ilegais ou não. Isso é, tendo ou não tendo formação necessária e requerida, o país não pode abrir mão desses professores. Eu lamento que não haja atenção com o professor - afirmou.

Mozarildo assinalou que não há como pensar em ter uma educação melhor se não há um número suficiente de professores e os que existem ainda não têm a qualificação ideal para dar aula. Outra questão abordada pelo senador é a informação do Ministério da Educação dando conta que, a cada ano, diminui a procura pelo curso de Pedagogia e pelas licenciaturas. Em sua avaliação, falta estímulo financeiro àqueles que pensam em seguir a carreira, pois o salário de professor "é imoral".

O senador também lamentou que, em recente programa internacional de avaliação de alunos, Roraima tenha conseguido o segundo lugar no quesito "gasto na educação", mas tenha ficado em 18º lugar na avaliação geral. Essa mesma avaliação mostra que o Distrito Federal foi o que mais gastou corretamente com educação, pois ficou em primeiro lugar.

- Lamento que o governo de Roraima, pelo menos de 2007 para cá, não tenha levado a sério a aplicação do dinheiro na educação, na saúde e na segurança - disse Mozarildo.



Clipping

CNTE

Professor em fuga (Artigo)

• Data: 22/02/2011
• Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA - DF
• Editoria: OPINIÃO
• Jornalista(s): Vera Lúcia Pereira dos Santos
• Assunto principal: OUTROS

Tamanho da fonte

Vera Lúcia Pereira dos Santos

Não constitui surpresa saber que caiu o número de formandos em cursos que preparam docentes. O desinteresse dos adolescentes pelo magistério não se revelou repentinamente. Reflete processo que se corporifica há muito tempo no exercício do magistério, aliado à decadência do ensino público monitorado por políticas públicas equivocadas.

Como professora de escola pública nas décadas de 70 a 90, fui testemunha da aplicação de leis, regimentos e normas pretensamente democráticas, inovadoras e revolucionárias, impostas ao professor como panacéias solucionadoras de todos os problemas educacionais. A escola transformou-se em entidade predominantemente assistencialista e ao mestre era atribuída toda a responsabilidade pelo insucesso do aluno a reprovação, se ultrapassada determinada porcentagem, era sinônimo de incompetência didática.

O professor foi perdendo sua autonomia e, sem ela, sente-se desprestigiado, desmotivado e desestimulado e seu aluno percebe esse desencanto.

Para esse processo de desconstrução, vários outros fatores contribuíram. Entre eles, ainda da perspectiva do docente, destaco o tratamento dispensado aos cursos de formação de professores da Educação Básica. Aos docentes que atuavam nesses cursos recomendava-se, não oficialmente, agir com complacência e não exigir muito do aluno na atividade didática, porque o perfil da clientela, segundo orientadores e diretores de escola, era formado por adolescentes menos favorecidos economicamente, com poucos subsídios culturais e que, muitas vezes, ignoravam o alcance de sua vocação.

Não seria essa uma forte razão para se elevar o nível desses jovens? O que pensar de cursos de graduação em Pedagogia que serviram durante algum tempo de meio de aquisição de maior remuneração para docentes e acesso à classificação privilegiada na atribuição de aulas?

Via e vejo nessa atitude facilitadora e desvirtuada uma contradição que só poderia resultar nesse quadro preocupante. Há soluções e elas já foram apontadas por pesquisadores. Falta aplicá-las. Os professores estão fugindo não por covardia, mas em busca da própria dignidade.

Doutora em Linguística e em Língua Portuguesa



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 22/2/10
Assunto: Enem é aplicado em mais de 500 unidades prisionais		Página: Online

Enem é aplicado em mais de 500 unidades prisionais

A última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) recebeu 14.473 inscrições de internos em cerca de 500 presídios e instituições correcionais. Mais de 10 mil compareceram — 70% de presença. Ou seja, percentual próximo do índice de participação geral e também dos percentuais registrados em anos anteriores, apesar da grande rotatividade nas unidades correcionais e prisionais, das libertações e das transferências de instituição, fatores que contribuem para a abstenção. As provas foram aplicadas nos dias 15 e 16 de novembro do ano passado.

O exame oferece aos internos a oportunidade de certificação no ensino médio e o acesso à educação superior por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Justamente por isso, a inclusão dos internos na prova é uma política do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) desde o início do Enem, em 1998.

Para viabilizar a participação dessa população no exame, são criados mecanismos que contornam as dificuldades operacionais de inscrição e de acesso aos resultados, como as que decorrem da falta de documentação ou de impossibilidade de acesso à internet. A logística de aplicação nas unidades prisionais também recebe cuidado especial, com aplicação em data alternativa, fora dos fins de semana, quando ocorrem as visitas.

A teoria da resposta ao item (TRI), utilizada no Enem, garante a comparabilidade dos resultados — a TRI se baseia em modelos matemáticos que permitem a elaboração de provas com o mesmo grau de dificuldade.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 22/2/10
Assunto: Matriz da Provinha Brasil está à disposição dos professores		Página: Online

Matriz da Provinha Brasil está à disposição dos professores

Os professores de turmas do segundo ano do ensino fundamental público e os coordenadores pedagógicos já podem consultar a matriz de referência da Provinha Brasil de matemática, a ser enviada às escolas, no início do segundo semestre, pelo Ministério da Educação (MEC). Como o exame não é obrigatório, a decisão de aplicá-lo cabe a cada escola.

A matriz de referência relaciona competências que as crianças do segundo ano do ensino fundamental devem ter adquirido. Reconhecer representações de figuras geométricas, identificar, comparar e ordenar grandezas, ler e interpretar dados em gráficos, tabelas e textos são alguns conteúdos avaliados na provinha.

De acordo com a coordenadora de ensino fundamental da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Edna Martins Borges, a matriz de referência é um resumo do currículo desenvolvido pela escola. Com a provinha, segundo ela, é possível fazer um diagnóstico do que a criança está aprendendo e do que deve aprender. O exame ainda oferece ao professor uma avaliação precisa do direcionamento de seu trabalho.

Edna considera essencial que o professor compreenda a matriz de referência como parte do currículo e que outras dimensões devem ser trabalhadas na escola. Ela recomenda ao professor não treinar as crianças para a provinha. “O objetivo é fazer um diagnóstico, não dar nota de desempenho”, salienta.



Em julho, o MEC levará a primeira Provinha Brasil de matemática às escolas públicas de ensino fundamental com turmas de estudantes no segundo ano (alfabetização). Além da prova impressa do aluno, com 20 testes, as escolas receberão um conjunto de publicações informativas, composto de caderno do professor-aplicador, roteiro com orientações sobre a aplicação dos testes e guia de correção e interpretação dos resultados.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 22/2/10
Assunto: Programa Federal de Educação Integral será examinado pela CE		Página: Online

Programa Federal de Educação Integral será examinado pela CE

Pelo menos três milhões de novos alunos por ano poderão ser matriculados em escolas de horário integral, cujos professores, selecionados por meio de concurso público federal, terão bons salários e dedicação exclusiva. Esse é o objetivo do projeto de lei do Senado (PLS 320/08), de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que se encontra entre as propostas que permanecem em tramitação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), após o reinício dos trabalhos legislativos.

De acordo com a Agência Senado, o projeto, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda a indicação de novo relator na CE, estabelece o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos, que deverá ser implantado em escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal. A proposição autoriza ainda o Executivo a criar a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.

O programa, de acordo com o projeto, será implantado por cidades, sob supervisão do Ministério da Educação (MEC) e com a colaboração dos governos locais - do Distrito Federal, do estado ou do município onde se localize a escola. E deverá incluir ao menos três milhões de alunos por ano, concentrados nas cidades escolhidas para abrigar o programa.

Essas cidades, ainda segundo o projeto, oferecerão horário integral em todas as suas escolas e os meios para a modernização dos equipamentos pedagógicos e das edificações escolares. As escolas das cidades participantes serão administradas de forma descentralizada, sob a coordenação de prefeitos e governadores.

Segundo a proposta, o ingresso na carreira nacional ocorrerá exclusivamente por meio de concurso público nacional, coordenado pelo MEC. O plano de cargos e salários da carreira será o mesmo adotado pelo Colégio Pedro II, do



Rio de Janeiro. Com isso, o salário médio do magistério subiria dos atuais R\$ 1,3 mil para R\$ 4 mil, salário médio do Pedro II, como lembrou o senador ao apresentar o projeto.

Ao ritmo de três milhões de novos alunos por ano, ressalta o senador, a implantação do novo programa custaria R\$ 10 bilhões anuais - dos quais R\$ 8 bilhões para salários de professores e R\$ 2 bilhões em edificações e equipamentos.

Em sua opinião, a implantação gradual do programa, por cidades definidas pelo governo federal, permitiria ao país dar um salto de qualidade na educação.

"Estariamos iniciando um processo que transformaria o Brasil no prazo de alguns anos, como se fez em outros países. O Brasil seria outro, mais rico, mais civilizado, sem o muro do atraso, nem o muro da desigualdade", afirma o senador na justificção do projeto.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN Jaraguá	Data: 22/02/2011
Assunto: Educação e tecnologia		Página: 2

ARTIGO

Educação e tecnologia

A educação não foi uma das melhores heranças que o nosso ex-presidente e “estadista” deixou para o povo brasileiro. E não foi só isso, mas foi no governo Lula que foram feitas mudanças desastrosas no ensino fundamental. Em time que está ganhando não se mexe, e uma sistemática de alfabetização que estava dando muito certo até poucos anos atrás foi mudada de um jeito que hoje existem alunos de terceiro e quarto anos do primeiro grau que não sabem ler e escrever com segurança.

Essa foi uma das ações que contribuíram ainda mais para a baixa qualidade da educação em nosso País. Mas o presidente também prometeu que daria um computador portátil para cada estudante da escola pública, vocês se lembram? Pois é, aquela história do computador de cem reais, um tanto quanto fora da realidade. Algumas poucas escolas pelo Brasil até receberam, no ano passado, notebooks para seus alunos. Em Florianópolis, por exemplo, sei de uma apenas. Mas a promessa era colocar um computador na mão de cada aluno de primeiro e segundo graus de escola pública. Ficou devendo feio. Aliás, não deveria ter prometido. Mas o Programa Um Computador Por Aluno (Prouca) ainda existe e pretende distribuir 600 mil laptops da Positivo, não se sabe até quando, embora o Brasil tenha 43 milhões de alunos matriculados na rede pública.

Outra promessa não cumprida foi a de que não haveria nenhuma cidade brasileira sem biblioteca pública, antes de terminar o seu mandato. Pois apesar de ter existido projeto específico para o cumprimento da promessa, ainda existem pequenas cidades que não têm a sua biblioteca.

A pretensão de dar computadores para cada aluno da escola pública é, no mínimo, estranha, pois se o governo não tem dinheiro para sanear a educação, para melhorar o sistema de ensino, para pagar melhor os professores e qualificá-los, como é que quer dar aparelhos como computadores para todos os estudantes? Seria bom se isso fosse possível, mas antes de colocar tecnologia de ponta na mão dos estudantes é preciso que eles tenham educação de qualidade, que tenham bons professores e em quantidade suficiente, que tenham boas escolas. As próprias instalações, em muitos casos, não são apropriadas, existem escolas caindo aos pedaços, sem manutenção, precisando de ampliação. E não vamos nem falar dos fracassos do Enem.

LUIZ CARLOS AMORIM, ESCRITOR.



CLIPPING

Veículo: Último Segundo/IG	Editoria: Educação	Data: 22/02/2011
Assunto: Ensino Médio afasta aluno da escola		Página: online

Ensino médio afasta aluno da escola

Etapa foca apenas no preparo para o vestibular, mas não prepara jovens "para o mundo", segundo educadores

Cinthia Rodrigues, iG São Paulo . 22/02/2011 07:00

Até a 8ª série, Evelyn Manuel Rodrigues era a típica boa aluna, com caderno caprichado, gosto pelos estudos e notas acima da média. Na 1ª série do ensino médio, seu rendimento caiu, faltou várias vezes às aulas, chegou atrasada tantas outras, acabou reprovada e desistiu de estudar. Longe de ser uma exceção, ela entrou para um grupo que consiste na metade dos estudantes desta etapa de ensino: os que desistem antes de terminá-la. A escola não consegue manter o interesse dos adolescentes.

A falta de atratividade é tema da segunda reportagem da série do iG Educação sobre o ensino médio. Além dos alunos que deixam de estudar nesta fase, muitos dos que ficam não demonstram vontade de aprender, o que contribui diretamente para torná-la a pior etapa da educação brasileira.

Para especialistas, ensino médio com o currículo atual é inútil para a maioria dos estudantes

“O ensino médio, como está, é algo inútil na vida da maioria dos jovens”, afirma Elizabeth Balbachevsky, livre docente do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora participante de grupos internacionais na área de educação para jovens. Para a ela, a orientação para o vestibular, objetivo de quase todas as escolas desta etapa é um desperdício.

“Para quem não está na perspectiva de entrar na faculdade, a sala de aula não tem nada a oferecer. O ensino brasileiro tem uma carga muito forte, toda preparatória para o acesso à universidade e não para a vida ou o curso superior em si”, comenta. O problema é que a maioria não vai prestar o tão esperado processo seletivo, principalmente antes de experimentar primeiro o mercado de trabalho: só 15% dos jovens brasileiros de até 29 anos fizeram ou estão fazendo um curso superior. Nos países mais desenvolvidos esta porcentagem dobra, mas ainda fica muito longe de ser maioria.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, concorda que o foco do ensino médio precisa ser ajustado. “No mundo todo, a fase tem um caráter terminativo. Dali para frente a pessoa está preparada para começar a vida adulta, pode até ser



na faculdade, para quem quer, mas também pode ser trabalhando ou em qualquer projeto. A educação básica está concluída”, diz.

Hoje aos 19 anos, Evelyn Rodrigues, a jovem que abre esta reportagem, percebeu a falta que lhe faz os estudos. Nos três anos em que ficou longe da sala de aula, trabalhou como tosadora de cães, foi morar com o namorado e ficou grávida. “Nesta época, eu queria trabalhar. Quando arrumei um emprego, achei que estava aprendendo mais lá do que na escola. A aula parecia não ter muito haver com minha vida. Agora sei que era fundamental para melhorá-la.”

“Acho que a escola podia dar um curso”

Os alunos do ensino médio reconhecem o objetivo pré-vestibular da escola. Ao ser questionado sobre para que serve essa fase, Ayrton Senna da Silva Souza, de 16 anos, estudante do 3º ano na escola estadual José Monteiro Boanova, no Alto da Lapa, área nobre de São Paulo, resume a função em uma frase: “Para mim, esta é a etapa que vai mostrar quem está pronto para entrar na faculdade”, disse.

Quando a pergunta é o que gostariam que a escola oferecesse, a resposta muda. “Um curso”, responde Carlos Eduardo Dias, de 18 anos, que se formou na mesma unidade em dezembro. Ele espera fazer curso superior um dia, quando souber melhor em que área quer se especializar e tiver dinheiro para pagar a mensalidade. Enquanto isso, trabalha como auxiliar em uma concessionária de veículos. “Tive sorte de ser indicado, mas acho que a escola podia dar um curso que ajudasse mais, de informática, de vendas, algo assim.”

Outra colega do 3º ano, Eliza Rock da Silva, de 17 anos, mesmo tendo a universidade como meta, gostaria de ter mais autonomia e um ambiente melhor para aprender. “Acho que se os alunos tivessem o direito de escolher parte do curso, diminuiria o desrespeito pelos professores e, quem tem interesse, conseguiria estudar. Eu gostaria.”

A superintendente do Instituto Unibanco, Wanda Engel, sugere, além de conteúdos voltados ao mercado de trabalho, mais atividades culturais e esportivas nas escolas. Ela lembra que até pouco mais de uma década, o ensino médio era uma “festa” para os jovens que tinham acesso a ele. Os alunos se envolviam em grêmios estudantis, festivais culturais, competições esportivas e outras atividades que desapareceram da maioria das instituições. Para a educadora, só há dois motivos capazes de manter os jovens na escola: “ou eles vão porque vale o esforço, vão aprender algo útil e conseguir emprego; ou porque há atividades atrativas, que os envolvem”.

Formação do ser humano

Nem só o mercado de trabalho precisa de jovens bem formados. O professor de Políticas Educacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e diretor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Pablo Gentile, lembra que os jovens também são cidadãos, eleitores e ajudam a definir a cara da sociedade brasileira. “O ensino médio deveria se preocupar com a formação do ser humano”, resume. Ele entende que a



adolescência é um momento de transformação da pessoa e, portanto, é essencial que bons valores sejam apresentados. "O ensino médio é uma oportunidade impar para que o jovem se depare com o conhecimento que vai torná-lo ativo e produtivo", afirma.

Para ele, em vez de um conteúdo voltado ao vestibular ou ao mercado de trabalho imediato, as escolas deveriam focar nas disciplinas que ampliam o entendimento do mundo em que vivem, com noções de política, filosofia, sociologia, ciências, português e matemática. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tenta atrair a escola para esses focos, ao solicitar nas provas de acesso a boa parte das universidades públicas mais conhecimentos gerais e capacidade de raciocínio do que conteúdos específicos. "Um cidadão melhor se tornará, inclusive, bom profissional."

Clipping

CNTE

Ensino fundamental com 9 anos de duração é realidade em todo país

• Data: 22/02/2011
• Veículo: VERMELHO ONLINE
• Editoria:
• Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Em entrevista à TVNBR, Edna Borges, Coordenadora geral de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC), comemora a universalização do ensino fundamental de nove anos em todo Brasil. Ela ainda explica como os pais devem proceder para matricularem seus filhos a partir dos seis anos de idade na primeira série e comunica que, a partir de 2011, o ensino dos quatro aos 17 anos agora é obrigatório.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 22/02/2011
Assunto: Integração regional		Página: 3

Integração regional

Entre os desafios do futuro secretário de Desenvolvimento Regional de Joinville está facilitar a integração na região, como aponta o nome da SDR. Por meio do Conselho de Desenvolvimento Regional, formado por lideranças políticas, comunitárias e empresariais dos oito municípios integrantes da SDR, Romualdo França poderá colaborar na conexão dos interesses comuns das cidades. Esse trabalho já vinha sendo realizado e pode ser aperfeiçoado.

Entre os interesses comuns, está a articulação na área de saneamento básico e saúde. No caso da água e esgoto – e, em geral, do meio ambiente – as situações não respeitam limites territoriais municipais. A recuperação ambiental da Babitonga, por exemplo, tem de ser um esforço intermunicipal. Existem ações pactuadas na saúde, por meio de consórcio gerido na Amunesc, mas a SDR pode colaborar ainda mais nesse processo, do qual já participa por meio da gerência de Saúde. A integração no transporte, em especial Joinville e Araquari (que até chega a ser um caso pitoresco por ainda não ter sido resolvido) se encaixa nas demandas regionais. Segurança pública também pode fazer parte da lista da integração regional.

Enfim, não são poucos os temas em que os municípios podem e devem atuar de forma mais conjunta, economizando esforços e deixando a ocupação dos recursos públicos mais eficiente. Como se vê, não faltam tarefas para Romualdo França liderar na SDR de Joinville.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN. <i>destaque</i>	Data: 22/02/2011
Assunto: Aulas retornam se houver obra		Página: 4/5

ENTREVISTA - ROMUALDO FRANÇA
Não há prazos para as indicações

Com a divulgação dos seis primeiros titulares das SDRs nesta segunda-feira, Raimundo Colombo deu a largada às últimas nomeações do governo. A exemplo da estratégia usada anteriormente, o governador recorreu ao Twitter para anunciar os escolhidos, mas não deu prazos para concluir a lista de secretários. Só antecipou que os outros 30 também serão divulgados pela internet. “As secretarias não estão vagas, todas têm um responsável, então não está havendo nenhum prejuízo para a sociedade”, falou ao ser perguntado sobre a demora.

O secretário Antônio Ceron (Casa Civil) disse que serão retomadas hoje as negociações com os aliados para tentar concluir as indicações de nomes para as 12 secretarias que ainda não estão definidas. Problemas em quatro delas – Laguna, Braço do Norte, Ibirama e Caçador – dificultam a indicação das outras oito. Tanto que o governador Raimundo Colombo desistiu de anunciar os 36 nomes de uma vez só. Sem contar que teve de adiar por duas vezes as nomeações e mudar a estratégia de divulgação. Há acordo para a ocupação de 24 vagas. Sete estão com PSDB, sete com o DEM e dez com o PMDB. Ontem foram anunciados dois nomes de cada sigla. Pelo critério da “geografia das urnas”, estabelecido pela tríplice antes da eleição, a divisão de cargos é feita de acordo com a votação de cada legenda para a AL.

Pelo critério, os peemedebistas têm direito a 14 secretarias. PSDB e DEM têm 10. PTB e PPS têm uma cada. Só que o DEM deve abrir mão de duas em favor do PMDB. O gesto seria uma compensação à distribuição das secretarias centrais, em que os aliados reclamaram que o DEM teve mais espaço.



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN. <i>destaque</i>	Data: 22/02/2011
Assunto: Entrevista		Página: 4/5

ENTREVISTA - ROMUALDO FRANÇA

“Meu nome surgiu do modo mais tranquilo”

A escolha do novo titular da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville seguiu o script: Romualdo França (PMDB) foi anunciado ontem por Raimundo Colombo (DEM) via Twitter. O governador ainda revelou os nomes dos escolhidos para Tubarão, Timbó, Lages, Criciúma e Chapecó. Mas é Romualdo França quem assume a segunda mais cobiçada entre as SDRs, com R\$ 38 milhões de orçamento para 2011, atrás apenas da Capital. Para dar conta dessa máquina, espera contar com o apoio de Manuel Mendonça, que entrega o cargo depois de oito anos. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

A Notícia – Como o senhor planeja esse início de trabalho?

Romualdo França – Não tem nenhum tipo de planejamento ainda. O governador Raimundo Colombo fez contato comigo e oficializou o convite hoje (ontem). Disse que o meu nome dá maior equilíbrio e tranquilidade dentro da aliança que apoiou a campanha dele. Quarta-feira estarei lá no Centro Administrativo, em Florianópolis, com o secretário Antonio Ceron (Casa Civil), para receber as instruções.

AN – O senhor não sabe quando começa?

Romualdo – Não. O governador disse para procurar o secretário para saber como serão os procedimentos, especialmente a formação da equipe.

AN – O senhor já tem algumas prioridades definidas?

Romualdo – As prioridades de governo dentro das secretarias regionais são estabelecidas pelo conselho regional. Então, eu preciso ter um papo com o secretário Manoel Mendonça, verificar quais são os projetos que estão estabelecidos e daí para frente fazer o planejamento. Ou seja, o secretário Manoel Mendonça, que é o nosso especialista em descentralização, é que vai poder nos orientar nesse primeiro momento de atividades.

AN – Essa transição, então, vai depender do secretário Manoel Mendonça...

Romualdo – Nem poderia ser diferente. Até porque, como presidente do PMDB de Joinville, nosso apoio foi total pela permanência do Manoel Mendonça. No entanto, pela conveniência da acomodação política e partidária, meu nome surgiu do modo mais tranquilo.

AN – O governador se comprometeu com obras para Joinville...

Romualdo – Eu preciso tomar conhecimento, com o secretário Manoel Mendonça, sobre os projetos que estão em andamento. Quais são os projetos que estão no orçamento estadual. O secretário ainda está à frente da SDR, então já deve ter recebido as instruções da Secretaria de Estado da Fazenda, como também do próprio governador Raimundo Colombo. Eu preciso tomar pé disso e conhecer todas as áreas de abrangência da SDR para depois poder fazer o



planejamento adequado.

AN – O senhor continua na presidência do PMDB?

Romualdo – O PMDB tem um estatuto que deve ser cumprido. A regra prevê que, se você passa a ter um cargo de primeiro escalão, deve haver a reorganização, até para que o diretório não tenha prejuízo em função das suas atividades. E isso vai acontecer a partir do momento que houver a minha nomeação.

AN – Existe algum nome certo para assumir o PMDB?

Romualdo – Segue a ordem. O vice-presidente (Cleonir Branco) assume na ausência do presidente. E a cada dois anos, nós temos a eleição no diretório municipal. A eleição, neste ano, é em outubro, mas a continuidade administrativa não se perde, até porque o vice-presidente Cleonir Branco já está bastante vinculado às atividades.

AN – Alguns prefeitos da região defenderam a permanência do Manoel Mendonça. O senhor prevê inconvenientes?

Romualdo – Não. Eu tenho um bom relacionamento com todos. Vamos tentar manter a mesma dinâmica que o secretário Manoel Mendonça teve à frente da SDR. É claro que entra um pouquinho da característica pessoal. Manoel Mendonça é um especialista, foi precursor desse projeto. Se nós conseguirmos continuar essa parte correta e adequada que ele fez, nós vamos conseguir uma boa parcela de participação na SDR.

AN – Como a sua experiência no Deinfra pode ajudar na gestão da SDR de Joinville?

Romualdo – Nesses últimos oito anos, estive à frente do Deinfra e da Secretaria de Infraestrutura. E todo esse entendimento pode contribuir pela facilidade que a gente tem com os trâmites internos do governo. Mas não chega a ser um diferencial. O diferencial é poder se posicionar e trabalhar a SDR dentro dos princípios pelo qual foi criada.

AN – O governador anunciou corte de R\$ 900 milhões no Orçamento. Como ficam os recursos para a região de Joinville?

Romualdo – Eu não sei dizer porque tenho de saber o que está contemplado no orçamento estadual. E, com certeza, Manoel Mendonça já sabe o que deve ser adequado. Então vou primeiro tratar disso para depois poder saber se vai ter algum reflexo ou não...

AN – O senhor imagina quem serão os outros diretores?

Romualdo – Não. Essas instruções só vão acontecer a partir de quarta-feira, na conversa com o secretário Antonio Ceron, que é o coordenador desse processo.

roelton.maciel@an.com.br

ROELTON MACIEL



CLIPPING

Veículo: Jornal A Notícia	Editoria: AN <i>Joinville</i>	Data: 22/02/2011
Assunto: Aulas retornam se houver obra		Página: 9

INTERDIÇÃO NO JOÃO COSTA

Aulas retornam se houver obra

Vigilância aceitou reabertura de escola municipal em Joinville, desde que pilares de sustentação comecem a ser recuperados hoje

A escola municipal João Bernardino da Silveira Jr., interditada na última sexta-feira pela Vigilância Sanitária de Joinville, voltará a receber os alunos a partir de hoje. Mas com uma condição: até o fim da tarde, a Secretaria Municipal de Educação terá de dar início às obras de recuperação da quadra de esporte e das colunas do prédio onde ficam o refeitório e mais quatro salas de aula. Caso contrário, a unidade no bairro João Costa voltará a ser interditada.

Ontem, devido ao fechamento, os 766 alunos ficaram sem aulas, mas a secretaria conseguiu no mesmo dia revogar a decisão da Vigilância. Pela manhã, técnicos da Secretaria de Infraestrutura Urbana (Seinfra) vistoriaram a escola e emitiram laudo atestando que a construção não oferece risco aos alunos. O documento foi entregue à Vigilância, que desinterditou a instituição, mas impôs o início das obras em um prazo de 24 horas.

Segundo a diretora da escola, Roseli Bohn Andriolli, a Secretaria de Educação garantiu que as obras comecem pela manhã. “A área onde estão as pilastras será isolada e a obra não vai afetar as aulas, que continuarão normalmente”, reforça.

Por meio da assessoria de imprensa, a secretaria informou que a preocupação com as colunas de sustentação partiu da própria direção, que pediu uma vistoria. A secretaria providenciou o escoramento das vigas para garantir a segurança dos estudantes até que as estruturas fossem reforçadas.

Mas a presença das estacas preocupou os pais, que solicitaram a vistoria da Vigilância. A pasta ressalta que o telhado da escola passou por reforma recentemente e reforça que a interdição foi uma medida exagerada. A direção avisa que os alunos serão informados hoje sobre a reposição das aulas de ontem.

Segundo o presidente da Associação de Pais e Professores (APP) da escola, Dagoberto Maia, o problema é antigo. Ele diz que há um ano a APP reivindica a recuperação das colunas, que apresentavam rachaduras. “Pedimos por ofício, várias vezes, e alguns reparos foram feitos”, relata. Agora, Dagoberto diz esperar que o problema tenha fim, para que a escola não seja fechada novamente e os alunos sejam ainda mais “prejudicados”.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político	Data: 22/2/10
Assunto: Diversos		Página: 8

O céu é o limite

Caberá à Corregedoria da Câmara dos Deputados, em Brasília, se pronunciar sobre o destino dos mandatos dos suplentes que assumiram pela regra da coligação e que, agora, a partir das decisões liminares de ministros do Supremo Tribunal Federal, deverão ter que abrir espaço para os suplentes dos partidos dos titulares que deixaram as cadeiras no Congresso para assumir secretarias de Estado. Três liminares estão sob análise e terão parecer encaminhado à mesa da casa para um posicionamento que, de alguma forma, mudaria a relação de forças nas bancadas.

A suplente catarinense Romanna Remor, do DEM, entrou com um mandato de segurança no Supremo para reivindicar a vaga de Paulo Bornhausen, que deverá se licenciar para assumir a pasta do Desenvolvimento Sustentável, ou a de João Rodrigues, que ocupará a Agricultura. Os dois têm segurado o pedido de licença e o retorno ao Estado diante do impasse político-jurídico. Antes de Romanna, o deputado Gervásio Silva (PSDB) entrou no STF com pedido idêntico, de olho na vaga de Marco Tebaldí (PSDB), que assumirá a Educação.

A polêmica instalada, se mantido o favorecimento da regra ao partido e não à coligação, frustra alguns projetos políticos. Valdir Colatto (PMDB), Carmen Zanotto (PPS) e Gean Loureiro (PMDB) ficariam de fora da Câmara. O espaço de Jovino Cardoso Neto (DEM) estaria garantido.

Para os defensores da regra atual, a coligação que promove o “efeito champanha” para os eleitos por partido, ao indicar os detentores das vagas pelo quociente eleitoral, deveria ser preservada após a eleição na subida dos suplentes das agremiações que a compuseram. Entendimento contrário, que respalda a posição dos ministros do STF, é de que a coligação não vale depois do pleito, e que os partidos, donos das cadeiras, é que não interpretaram o cumprimento da lei com o passar dos anos ao respeitar a ordem da coligação.

Enfim, a regra está sendo alterada com o jogo em andamento, evidente antecipação da reforma política que pretende acabar com a coligação das siglas na eleição proporcional.

EM BUSCA DE APOIO

Na batalha para conseguir a aprovação de uma emenda constitucional que concede mais autonomia às procuradorias gerais dos estados, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados (Anape) esteve em Brasília para conversar com os senadores. Juliano Dossena, à esquerda, é



procurador em Santa Catarina e se encontrou, entre outros, com o senador Luiz Henrique (PMDB). Além do pedido de apoio, Dossena leva o desejo da entidade, de que a emenda seja votada ainda este ano.

E agora?

Além da insegurança jurídica, o episódio do suplente do partido assumir e não o da coligação tem gerado verdadeiros delírios, que não devem se sustentar.

Um deles, que ultrapassa o entendimento de fidelidade partidária, afirma que Carmen Zanotto poderia deixar o PPS, com consentimento do partido, e ir para o DEM. Seria uma forma de Carmen assumir na Câmara. O problema é que o ato jurídico, no entendimento de especialistas, se refere à eleição, e a suplência de Carmen foi obtida pelo PPS, integrante da coligação.

Diferente

Discurso da ministra Ideli Salvatti (Pesca), que quando foi senadora batalhou, sim, por recursos para duplicar a SC-401, chamou a atenção pelo que os presentes consideraram um contrassenso.

Ideli, mais uma vez, defendeu a não instalação do pedágio na rodovia, mas nas BR-101 e 116 o governo federal não tem o mesmo entendimento. Aliás, cobrança com direito a reajuste em trecho que não tem melhoria ou obra.

Impresso

Relançamento da revista Voto, na segunda-feira que vem, no Hotel Majestic, em Florianópolis, promete reunir o PIB político e empresarial do Estado.

A publicação estará mais voltada para Santa Catarina, depois de sete anos de circulação em Brasília e na Região Sul. Entre os articulistas, estão os ferrenhos adversários José Dirceu (PT) e José Aníbal (PSDB).

Reação (1)

O anunciado rodízio entre PMDB e DEM na regional de Ituporanga não é bem-visto por integrantes do Democratas local, que defendem Julio Cesar Schuhmacher.

Ou seja, os diretórios demistas não teriam sido consultados sobre o acordo e a indicação de Adelmo Santana. Arno Zimmermann, também do PMDB, assumiria em 2012, e o DEM indicaria para os dois anos seguintes.



Reação (2)

Em Braço do Norte, a bronca dos demistas é com a informação de que o partido não teria projeto regional. Catea Alberton, presidente do DEM, e Wando Ceolin, presidente da juventude demista, lembram que a sigla esteve de vice do PMDB nas eleições em 2008 e, extra, em 2009. Para 2012, os demistas podem ter cabeça de chapa. No Alto Vale do Itajaí e no Sul do Estado, há provas de que o discurso da cúpula e dos caciques difere do desejo das bases.

Por quê?

Para Valdir Cobalchini (PMDB), há uma subversão da ordem das coisas quando o assunto é a regional de Caçador. Dono de mais de 18 mil votos no município, sua base eleitoral, Cobalchini teme que o PSDB fique com a pasta sem ter a eleição a deputado estadual como parâmetro.

As baterias do peemedebista não estão apontadas na direção do prefeito Saulo Sperotto (PSDB), envolvido em um processo de cassação do mandato na Justiça Eleitoral. Os deputados tucanos Gilmar Knaesel e Marcos Vieira, que receberam, juntos, cerca de 1,5 mil no município, estariam nas preocupações do deputado-secretário. Cobalchini disse, ainda, que não recebeu um apelo do governador para baixar a guarda, mas ouviu um desabafo sobre o assunto regional, que, na visão de Raimundo Colombo, precisa ser resolvido rápido. O PSDB conta com a pasta.

No Vale

O presidente municipal do DEM e presidente do Badesc, Nelson Santiago, participou de pelo menos duas reuniões no domingo e ontem com o deputado Jean Kuhlmann e o prefeito João Paulo Kleinübing, presidente estadual em exercício do partido, para chegar a um consenso sobre como ficará a regional de Blumenau. A expectativa da cúpula demista local é apaziguar os ânimos dos filiados e evitar que a cessão da pasta para o PMDB, de César Botelho, ou para o PSDB, de Raimundo Mette, cause repercussões descontroladas. Marcelo Schrubber, do DEM, é a outra alternativa real para o cargo.

Santiago permaneceu na cidade por mais um dia e explica que a composição é um gesto para que a tríplice aliança esteja unida em torno de um único nome para a prefeitura de Blumenau no ano que vem. O DEM defende o nome de Jean Kuhlmann e quer peemedebistas e tucanos na negociação para debater a proposta. Os aliados, admitem os demistas, têm todo o direito de colocar nomes para o debate de 2012.

Na dele



De viagem marcada para Brasília, onde amanhã participa do relançamento da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, o ex-deputado Cláudio Vignatti (PT) viu como natural o anúncio da presidente Dilma Rousseff de que manterá a promessa e criará um ministério para o setor. A declaração foi feita, ontem, no encontro com governadores do Nordeste em Aracaju.

Mas Vignatti, cotado para a pasta, mantém a fleuma e diz que não há fato novo, pois falta definir a data para isso ocorrer de fato.

O motivo

Na capital federal, Vignatti será saudado por líderes e deputados ligados às micro e pequenas empresas já que, à mesa, está a reformulação da Lei Geral do setor, projeto de autoria do deputado catarinense. A matéria prevê, entre outros, a correção da tabela do Simples Nacional e faz ajustes eletrônicos para acelerar o procedimento para enquadrar cidadãos como empreendedores individuais, uma vitória do setor.

O ex-deputado petista tem, ainda, o respaldo dos diretórios nacional e estadual, além das bancadas, para assumir a presidência da Eletrosul, maior estatal do Sul do país. Por enquanto, as nomeações aguardam a votação do novo valor do salário mínimo no Senado para serem retomadas.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 22/02/2011
Assunto: Diversos		Página: 21

RECADO PEEMEDEBISTA

Na semana passada, em reunião da bancada estadual do PMDB com o governador, no palácio residencial, o presidente do partido, João Mattos, convidou Raimundo Colombo a assinar ficha. Ele desconversou, argumentando que sua prioridade convergia para a administração do Estado e que não pretendia deixar o DEM.

Para influentes líderes peemedebistas, qualquer movimentação partidária do governador que não seja o PMDB será interpretada como uma “traição”, relegando a segundo plano a sigla que desempenhou papel determinante em suas duas eleições majoritárias: Senado em 2006 e governo em 2010. Outro raciocínio dos peemedebistas: as coligações nos últimos dois pleitos foram firmadas com o DEM. Na eventualidade de Colombo ingressar em outra legenda, toda e qualquer negociação para 2014 terá que ser rediscutida. A filiação do ex-deputado Fernando Coruja no PSB está sendo interpretada como uma senha para o futuro político de Raimundo Colombo, a partir de um projeto regional.

Caindo fora

Prefeito de Ituporanga e presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, Osni Francisco de Fragas se prepara para desembarcar do PSDB. Lorinho está inconformado com “a fragilidade do partido, que não teve peito para reivindicar a SDR de Ituporanga para os tucanos, deixando a sigla mais fraca do que já está na região da cebola”. Lorinho passa a semana em Brasília, só definindo seu novo rumo partidário em março. Já recebeu vários convites.

PMDB-DEM

Luiz Henrique está em Brasília como senador e Antonio Gavazzoni (E) em Santa Catarina na presidência da Celesc, mas titular e suplente continuam tricotando como nunca

SUPRAPARTIDÁRIO

Raimundo Colombo e Eduardo Moreira (D) enalteceram nos discursos que a duplicação da SC-401 será possível também graças a uma emenda parlamentar de Ideli Salvatti (E) quando senadora. No fundo, o secretário Valdir Cobalchini (Infraestrutura) aplaudindo

Luiz Henrique da Silveira está convencido de que o governo Dilma aprova com “tranquilidade” o salário mínimo de R\$ 545,00, na votação de amanhã, no Senado. “Mas bem que o Planalto poderia ter cedido mais R\$ 15,00 de reposição”, ponderou LHS. Sem adiantar o voto, o senador do PMDB garantiu que vai assumir uma “posição responsável”. Antes de participar da reunião da bancada, pretende conversar com os colegas Casildo Maldaner, Roberto Requião (PR),



Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE). Tudo leva a crer que LHS votará com o governo do PT, mas fazendo uma ressalva sobre a regra de reajuste do mínimo por meio de decreto até 2015.

Virada

O jornalista Cláudio Humberto revelou ontem em sua coluna que o prefeito Gilberto Kassab (São Paulo) já acertou com o governador Eduardo Campos (Pernambuco) sua filiação ao PSB. Primeiro, criaria um novo partido e depois promoveria a fusão. Além de estar arregimentando lideranças de várias siglas paulistas, Kassab também se articula com dirigentes partidários de outros sete Estados, com destaque para Santa Catarina, cujo governador é seu correligionário no DEM. Raimundo Colombo já confidenciou que a ofensiva de Gilberto Kassab poderá mudar radicalmente a correlação de forças dos partidos no Brasil.

Reivindicação

Primeira suplente federal do DEM, Romanna Remor ajuizou ontem mandado de segurança preventivo no Supremo Tribunal Federal, com pedido de liminar, para tentar garantir seu direito de assumir uma cadeira na Câmara com a licença dos deputados eleitos Paulo Bornhausen e João Rodrigues. Como o presidente da Câmara tem declarado que os cargos abertos devem ser assumidos pela ordem de suplência da coligação, Romanna quer a garantia legal de sua posse na Câmara. O relator é o ministro Dias Toffoli.

Desgaste

Inexplicável essa demora do governo de anunciar os titulares das 36 secretarias regionais. Com quase dois meses acéfalas, passa a sensação de que a administração estadual funciona perfeitamente sem elas. O Centro Administrativo alega que a indefinição não foi provocada apenas pela disputa de posições entre os três principais partidos da aliança (PMDB, PSDB e DEM), mas também por divisões internas. O governo bem que poderia ter estabelecido um critério simples: legenda que não se entende sobre nomeação acaba preterida por outra que tenha unidade. Pela indecisão, Colombo queimou desnecessariamente capital político.

O governo do Estado deu ontem o primeiro passo para duplicar a SC-401 – que liga as praias do Norte da Ilha – com a assinatura da ordem de serviço e de licença ambiental para a duplicação do trecho do elevado de Jurerê ao trevo de Ingleses. Serão duplicados 4,3 km da rodovia, ao custo de R\$ 15,8 milhões. O Ministério do Turismo já se comprometeu a destinar verba de R\$ 12 milhões, cabendo à administração estadual o restante. As obras devem começar em 30 dias, com conclusão prevista para 450 dias.

Reação

Raimundo Colombo confirmou ao deputado Moacir Sopelsa visita a Concórdia amanhã, para participar da abertura da Tecnoeste, considerada um dos principais eventos dos produtores rurais no Estado. A visita do governador também pode servir para resolver o imbróglio envolvendo a SDR de Seara. Os principais partidos da base de sustentação do governo resistem à escolha de um representante do PTB, que em toda área de abrangência da secretaria tem só um vereador, nenhum



prefeito ou vice.

FAVORECIDO

Os apagões em Estados nordestinos e em São Paulo, na primeira semana de fevereiro, podem ter conspirado a favor da permanência do petista Eurides Mescolotto na presidência da Eletrosul.

REGIONAL

O raciocínio do Palácio do Planalto é cristalino: quanto menos mexer no setor elétrico, melhor, ainda mais no Sul, que ficou fora dos colapsos que alcançaram o Nordeste e o Sudeste.

PADRINHO

Ao que parece, Mescolotto entrou na cota de José Sarney, o homem forte do PMDB nas empresas de energia.

ATENTO

O ex-deputado Cláudio Vignatti passa o dia de hoje em Brasília.

TRIO

Paulo Bornhausen, João Rodrigues e Marco Tebaldi vão se licenciar da Câmara dia 1º. A partir de terça-feira, despacham normalmente em suas respectivas secretarias.

ANIVERSÁRIO

LHS completa 71 anos na sexta-feira, mas ninguém mais acredita que o PMDB vai dar como presente o desembarque do governo Carlito Merss.